

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 90002/2026
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ
PAE N° 2024/2034270



PROMOTOR

Estado do Pará | Fundação Cultural do Estado do Pará

CNPJ nº 14.662.886/0001-43

UASG: 925489



OBJETO

Constitui objeto desta licitação o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de livros impressos destinados à requalificação e ampliação do acervo de bibliotecas públicas municipais, escolares da rede pública de ensino, hospitalares da rede pública e prisionais, bem como para atendimento da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna e suas filiais especializadas, e das bibliotecas localizadas nas Usinas de Paz, totalizando 936 espaços de leitura.

Vigência do Registro: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço

☐ Maior desconto



Forma

Conforme a necessidade da contratante.

Prazo

7 (sete) dias corridos após a emissão da nota de empenho.

Local

Av. Gentil Bittencourt nº 650 – CENTUR – Bairro: Nazaré -
CEP 66035-340 - Belém-PA, de segunda-feira à sexta-feira,
no horário das 08h às 18h.

VALOR TOTAL

R\$ 69.340.021,92



REAJUSTE

Índice

☒ IPCA

☐ INCC

☐ Outro: (sigla)

☐ INPC

☐ IGPM

Período

A cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa**(data do
orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma

Ordem bancária.

Prazo

30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal
ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data

06/03/2026

Hora

09:00.

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1	4
CLÁUSULA 2	4
CLÁUSULA 3	4
CLÁUSULA 4	5
CLÁUSULA 5	7
CLÁUSULA 6	10
CLÁUSULA 7	11
CLÁUSULA 8	16
CLÁUSULA 9	20
CLÁUSULA 10	24
CLÁUSULA 11	25
CLÁUSULA 12	26
CLÁUSULA 13	26
CLÁUSULA 14	28
CLÁUSULA 15	31
CLÁUSULA 16	32
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	35
ANEXO II – MINUTA DA ATA	587
ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO	613
ANEXO IV – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS	84

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº 14.662.886/0001-43, com sede na Av. Gentil Bittencourt, 650 – Nazaré, CEP 66.035-340, neste ato representado pelo seu presidente **Sr. THIAGO FARIAS MIRANDA**.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

2.1 A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, o Decreto Estadual nº 2.939/23, o Decreto Estadual nº 2.940/23, a Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

2.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da Minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital Licitatório, com fulcro nas diretrizes da Lei 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 Constitui objeto desta licitação o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de livros impressos destinados à requalificação e ampliação do acervo de bibliotecas públicas municipais, escolares da rede pública de ensino, hospitalares da rede pública e prisionais, bem como para atendimento da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna e suas filiais especializadas, e das bibliotecas localizadas nas Usinas de Paz, totalizando 936 espaços de leitura, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Os materiais a serem licitados estão descritos no TR (ANEXO I):

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☐ **Item único;**
- ☒ **Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☐ **Lote único**, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural

pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6. O benefício a que se refere o item anterior fica limitado às MEs e EPPs que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados superem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.8 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.9 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.10 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.11 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.12 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

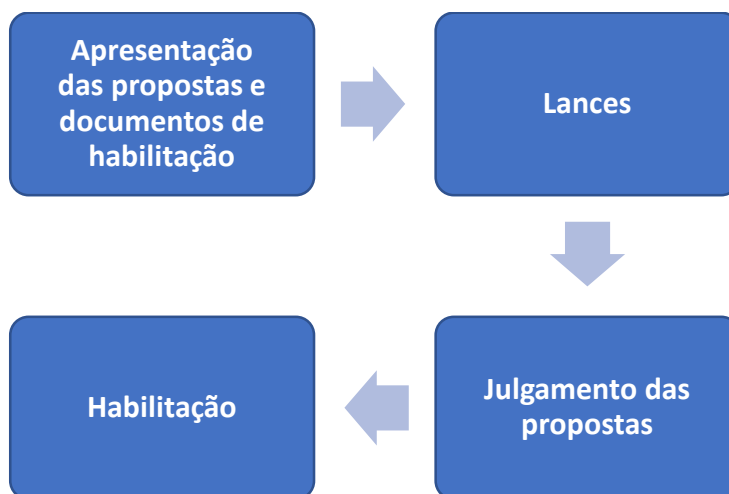
4.13 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.14 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem

usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTES e beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e

- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- ☒ valor do item.
- a.** ☐ (percentual) desconto.
- b.** Marca.
- c.** Fabricante.
- d.** Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.5 Se houver possibilidade legal, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

7.9.1 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade ao objeto licitado e critério de julgamento estabelecido neste Edital e Termo de Referência.

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 3,00.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>
	<p>a.</p> <p>a.</p>

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem *será crescente*, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, e *decrecente*, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

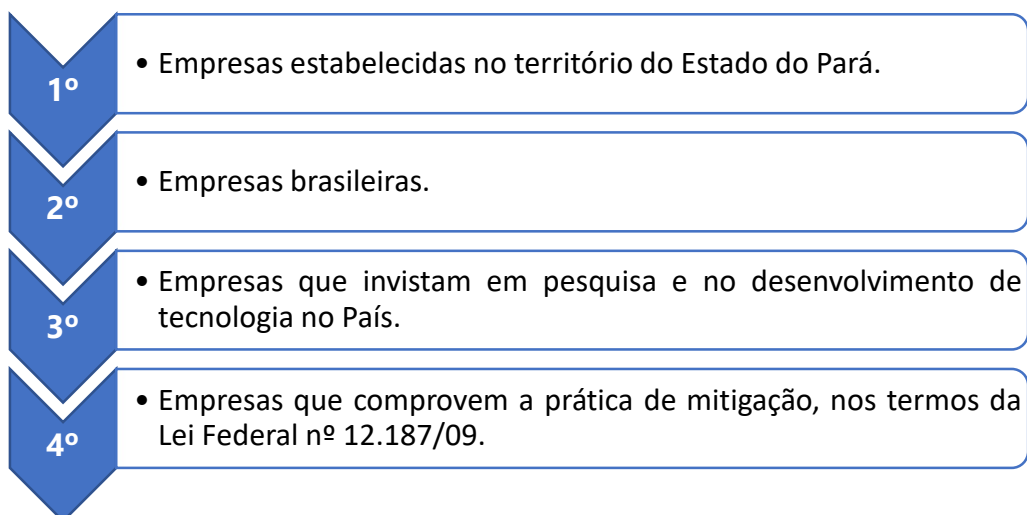
7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o

PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;

- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;

- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% do valor orçado** pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d. Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a

exequibilidade da proposta por meio da elaboração de planilha de custo e demais documentos que comprovem a exequibilidade de sua proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Haverá a exigência de apresentação de **amostra em até 02 dias úteis** contados da data da solicitação. O LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; OU
- b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.19 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características similares, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.1.3. Deverá haver a comprovação da experiência no fornecimento do objeto. Os atestados deverão referir-se ao objeto no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do fornecimento, a apresentação de diferentes atestados de fornecimento executados de forma concomitante, pois essa

situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.1.6. Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.1.7. Habilitação fiscal, social e Trabalhista:

9.1.7.1. Serão verificadas as condições de habilitação do fornecedor por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos.

9.1.7.2. Qualificação econômico financeira:

9.1.7.2.1. Para fins de demonstração da sua qualificação econômico-financeira, a Licitante vencedora deverá apresentar:

9.1.7.2.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.1.7.2.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.1.7.2.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social; - A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.1.7.2.5. Caso estes dados não estejam dispostos claramente no Balanço, deverão ser encaminhados, conforme o descrito no Modelo de Declaração Índices de Liquidez constante no anexo VIII deste Termo.

9.1.7.2.6. Caso a empresa apresente resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a Licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial possuir Capital Social no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado para cada ITEM em que concorre.

9.1.7.2.7. Comprovação de Patrimônio Líquido não inferior à 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação para cada ITEM/GRUPO em que concorre, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, exceto se já estiver contemplado no SICAF, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados

9.1.7.2.8. há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [indicar forma de agendamento], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

9.11.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Da Ata De Registro De Preços

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco (5) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023 e demais legislação vigente sobre o tema.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como, no Portal de Compras Pará (www.compraspara.gov.br) e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA 12

Da formação do cadastro de reserva

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes em formato de Cadastro Reserva, sendo:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 do Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023.

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA 13

Recursos

13.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidir-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

13.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 14

Infrações e sanções administrativas

14.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p>	
<p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p>	<p>Multa</p>
<p>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</p>	<p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p>
<p>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</p>	<p>Impedimento de licitar e contratar*</p>
<p>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</p>	<p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>4. Deixar de apresentar amostra;</p>	
<p>5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</p>	
<p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	

<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p>f. Fraudar a licitação;</p> <p>g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Agir em conluio ou contra a lei;2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; <p>h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p>i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p>Multa</p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>
--	---

14.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

14.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

14.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.

- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de [definir número] dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

14.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

14.9 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

14.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

14.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.12 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

- b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

14.14 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

14.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

14.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 15

Impugnação ao edital

15.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

15.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

15.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de nlcc@fcp.pa.gov.br

15.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

15.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 16

Disposições finais

16.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS

16.12.2. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.12.3. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

16.12.4. ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

.....

.....

Belém (PA), 13 de fevereiro de 2026.

THIAGO FARIAS MIRANDA

Presidente
Matrícula 5969724

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS

PAE nº 2024/2034270

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	Título da obra	Autor	Código SIMAS	Qtd	Valor unit.	Valor total
1	JANEIROS	RAIMUNDO SODRÉ	2139430	1872	51,92	97.189,56
2	DISCURSO SOBRE A CORDA	BENEDICTO MONTEIRO	1613553	1872	44,18	82.704,96
3	VERDE VAGOMUNDO	BENEDICTO MONTEIRO	1266160	1872	112,62	210.829,32
4	A RAINHA DO RÁDIO	RAIMUNDO SODRÉ	2139456	1872	52,12	97.563,96
5	REVERSO DOS DIAS	VASCO CAVALCANTE	2246295	1872	49,30	92.280,24
6	CASA DE BARRO	AILTON FAVACHO	2237750	1872	47,94	89.743,68
7	PORÇÃO POÉTICA DE MARAJÓ	AILTON FAVACHO	2237776	1872	42,23	79.045,20
8	PAJÉ ZÉ PIRANHA: HISTÓRIAS DE CURA E ENANTARIA NO MARAJÓ	AILTON FAVACHO/MAX SILVA	2237792	1872	65,25	122.152,68
9	O VELHO DO SACO	AIRTON SOUZA	2247623	1872	54,37	101.780,64
10	RECEITA PRA FABRICAR ABRAÇOS	AIRTON SOUZA	2247615	1872	54,37	101.780,64
11	O DEVORADOR DE METÁFORAS	ANTÔNIO JURACI SIQUEIRA	2239566	1872	38,89	72.797,40
12	QUEM LEVOU O DIA?	AIRTON SOUZA	2163101	1872	54,37	101.780,64
13	DIÁRIO DE AQUIETAR TRISTEZA	AIRTON SOUZA	2247607	1872	54,37	101.780,64
14	QUEM FAZ AS CHUVAS?	AIRTON SOUZA	2247593	1872	54,37	101.780,64
15	INFÂNCIA RETORCIDA	AIRTON SOUZA	2237911	1872	44,37	83.060,64
16	OLHOS VÍTREOS	AIRTON SOUZA	2237938	1872	44,37	83.060,64
17	SER NÃO SENDO	AIRTON SOUZA	1743309	1872	48,26	90.338,04
18	TUA VOZ A LÁPIS	ROSÂNGELA DARWICH	2241188	1872	42,15	78.909,48

19	GAPUIANDO SONHOS	APOLO	2138719	1872	42,74	80.004,60
20	TRIBUTOS À MÃE NATUREZA	APOLO	2138875	1872	40,44	75.694,32
21	A ROCA TORTA	CLÁUDIO CARDOSO	2137259	1872	42,49	79.536,60
22	FILHA DO ORIENTE	CLÁUDIO CARDOSO	1265121	1872	64,83	121.361,76
23	100 CANÇÕES DE ELDER EFFE	ELDER EFFE	2325381	1872	72,08	134.933,76
24	SOB SILÊNCIO	VASCO CAVALCANTE	2247771	1872	56,56	105.885,00
25	ESPOLETA BLUES - ESCOLA DO ROCK	ELDER EFFE	2321882	1872	58,16	108.875,52
26	RAÍZES MARAJOARAS	ERNESTO FEIO BOULHOSA	2247380	1872	74,11	138.729,24
27	O VAQUEIRO	ERNESTO FEIO BOULHOSA	2138824	1872	54,37	101.780,64
28	O MENINO DO RIO DA FÁBRICA	ERNESTO FEIO BOULHOSA	2136953	1872	57,15	106.975,44
29	O PESCADOR	ERNESTO FEIO BOULHOSA	2138840	1872	55,65	104.167,44
30	CADÊ O VERDE QUE ESTAVA AQUI?	BIRATAN PÔRTO	2242125	1872	49,17	92.046,24
31	SILENCIOS DO RIO	FRANCISCO MENDES	2138891	1872	50,32	94.194,36
32	FRAGMENTOS POESIAS	FRANCISCO MENDES	2137011	1872	50,32	94.194,36
33	SERTÃO DE ÁGUAS	ISMAEL ROCHA	2137518	1872	43,49	81.408,60
34	SONS E RITMOS AFRICANOS NA AMAZÔNIA: O LUNDU MARAJOARA	IVONE GAIA MAUÉS	2238128	1872	50,17	93.922,92
35	MARUJANDO EM VERSOS	JETRO FAGUNDES	2137704	1872	41,24	77.196,60
36	A BIBLIOTECA ESTÁ VIVA E AGORA?	AIRTON SOUZA	224517	1872	48,26	90.338,04
37	VER-O-PESO	ERNESTO FEIO BOULHOSA	2324350	1872	59,17	110.770,92
38	AÇAÍ	ERNESTO FEIO BOULHOSA	2325390	1872	59,17	110.770,92
39	SOB O SILÊNCIO DAS MANGUEIRAS	JOÃO BOSCO	2137801	1872	54,37	101.780,64
40	O CICLO DOS VELHOS PASTORES	JOÃO BOSCO	2137798	1872	41,24	77.196,60
41	VOZES DA FAMÍLIA DE PESSOAS COM ESQUIZOFRENIA	PEDRO NAZARENO	2256363	1872	54,37	101.780,64
42	LUDOVICO E O REINO DO POR-DO-SOL	MACISTE COSTA	2245663	1872	54,36	101.766,60

43	3 CONTOS NA PERIFERIA	PRETO MICHEL	2239892	1872	43,49	81.408,60
44	A TURMINHA DA MATA	PRETO MICHEL	21373836	1872	43,49	81.408,60
45	O ASSOVO DA MATINTA PEREIRA	PRETO MICHEL	2137780	1872	43,49	81.408,60
46	O AMOR VENCEU A GUERRA	PRETO MICHEL	2256355	1872	43,49	81.408,60
47	A ESCOLA II	PRETO MICHEL	2139782	1872	43,49	81.408,60
48	FICÇÕES FÍSICAS	EDSON COELHO DE OLIVEIRA	2246767	1872	49,30	92.280,24
49	A LENDA DA RIO DE LETRAS	RENATO SARAIVA	2242222	1872	52,34	97.985,16
50	MULHERES DE FOGO	ROBERTA TAVARES	2320550	1872	57,00	106.708,68
51	CAÇADA	ROSELI SOUSA	2256371	1872	32,61	61.041,24
52	O MINOSSAURO	BENEDICTO MONTEIRO	800619	1872	100,67	188.444,88
53	A TERCEIRA MARGEM	BENEDICTO MONTEIRO	2320568	1872	102,62	192.099,96
54	MEU REFÚGIO I	MANOEL AUGUSTO LIMA	2139510	1872	51,33	96.089,76
55	MEU REFÚGIO II	MANOEL AUGUSTO LIMA	2139529	1872	51,33	96.089,76
56	MEU REFÚGIO III	MANOEL AUGUSTO LIMA	2139537	1872	51,33	96.089,76
57	OS FANTASMAS DO ASILO	MANOEL AUGUSTO LIMA	2139480	1872	51,33	96.089,76
58	EM BUSCA DA TERRA SEM MALES	JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO	2237733	1872	70,31	131.620,32
59	OLHO DE COBRA	ROSELI SOUSA	2323478	1872	46,42	86.902,92
60	PÉROLA NEGRA	LAÉRCIO BRAGA	2137739	1872	55,28	103.474,80
61	TERRA E ALMA SANTARENA	LUIS MARCELO	2323257	1872	53,62	100.381,32
62	GLOSANDO EM CIMA DO MOTE	UBIRACI CONCEIÇÃO	2139189	1872	43,49	81.408,60
63	BARCA DAS LETRAS	JONAS BANHOS	2323265	1872	95,00	177.844,68
64	AS MÃES DE TEJÁ	LUCIA HELENA ALFAIA	2320487c	1872	65,24	122.133,96
65	OS SONHOS DE PRESTO - VOL. 1	ANDRÉ CHAGAS	2138670	1872	64,50	120.748,68
66	OS SONHOS DE PRESTO - VOL. 2	ANDRÉ CHAGAS	2138670	1872	83,23	155.797,20
67	OS SONHOS DE PRESTO - VOL. 3 - PARTE 1	ANDRÉ CHAGAS	2138670	1872	83,23	155.797,20

68	OS SONHOS DE PRESTO - VOL. 3 - PARTE 2	ANDRÉ CHAGAS	2138670	1872	83,23	155.797,20
69	ENCONTROS	LÍVEA COLARES	2243750	1872	48,76	91.274,04
70	AQUELE UM	BENEDICTO MONTEIRO	796077	1872	111,84	209.355,12
71	LENDAS DA AMAZÔNIA - CONTOS INFANTOJUVENIS	BENEDICTO MONTEIRO	2320576	1872	79,37	148.571,28
72	O SENHOR DOS GATOS	MACISTE COSTA	2139375	1872	65,78	123.144,84
73	SEM INTERRUPÇÕES	CARLA CINTIA CONTEIRO	2241536	1872	51,09	95.631,12
74	OS ABISMOS	MARCOS SAMUEL COSTA	2320495	1872	52,39	98.078,76
75	O DESASSOSSEGO POR DENTRO	ALER TOBIA	2241579	1872	54,74	102.468,60
76	HISTÓRIAS QUE NÃO SÃO SUAS, MAS PODERIAM SER	BIANCA ALVES	2241765	1872	53,12	99.445,32
77	OS LARAS	MANOEL AMBRÓSIO ALVES DE OLIVEIRA	2246252	1872	50,42	94.390,92
78	QUEM ROEU A LUA?	MACISTE COSTA	2320584	1872	50,34	94.227,12
79	O FAZEDOR DE BORBOLETAS	AIRTON SOUZA	2239353	1872	39,95	74.786,40
80	ANTÔNIO DÓ	MANOEL AMBRÓSIO ALVES DE OLIVEIRA	2244047	1872	49,49	92.635,92
81	NÃO ESPERA COLHEITA QUEM SEMEIA PÁSSARO	CLEI SOUZA	2241803	1872	46,68	87.384,96
82	CINELÂNDIA	PAULO RODRIGUES	2320525	1872	48,82	91.381,68
83	DE TODAS AS MÚSICAS DA MINHA PLAYLIST	SARAH PORFÍRIO	2240971	1872	54,45	101.925,72
84	ROMANCE DO CORDEL SETESTRELINO	RAFAEL SETE STRELO	2240955	1872	52,61	98.481,24
85	15 LAJOTAS	ANNA CRUZ	2244071	1872	59,68	111.716,28
86	UM SOPRO NO OLHO DO VENTO	TIAGO RABELO	2240343	1872	46,41	86.879,52
87	EUTOPIAS	MARCELA GASPARD	2240750	1872	48,63	91.040,04
88	ASTÚNCIO, O ESTÚPIDO ESCLARECIDO	RICARDO LACAVA	2240793	1872	46,37	86.804,64
89	O CRIADOR DE MEMÓRIAS	GIAN FABRA	2240769	1872	54,99	102.936,60
90	AEROPLANO	ROGÉRIO LUZ	2247763	1872	51,13	95.720,04
91	QUANDO EU ERA GRANDE	JORGINHO QUADROS	2163128	1872	64,87	121.431,96
92	MACACOS NÃO CONTAM MOEDA	LEONARDO RACHID	2240939	1872	48,76	91.274,04
93	INFINITO QUASE	WELLINGTON RUAN	2136880	1872	48,32	90.450,36

94	CRÔNICAS DO RETORNO	VANESSA VIEIRA GOMES	2240947	1872	50,32	94.189,68
95	DEPOIS DA EMOÇÃO NENHUMA CAUTELA	FERNANDA LIMA	2240980	1872	46,68	87.384,96
96	A CIDADE DAS PORTAS	ADÔNIS VOX	2136597	1872	46,68	87.384,96
97	O IGARAPÉ ENCANTADO	MACISTE COSTA	2242214	1872	61,76	115.605,36
98	ITAPUÁ, UM PEDAÇO DE CHÃO MÁGICO	GERA WELLINGTON	2137062	1872	51,56	96.510,96
99	O SEGREDO DO REI	ADELMO BARBOSA	2136570	1872	46,92	87.838,92
100	OS FILHOS DE POVEGLIA	MAYARA ALBUQUERQUE	2137950	1872	52,64	98.546,76
101	CIDADE SANTA	CUPERTINO FREITAS	2137283	1872	53,82	100.755,72
102	DENTRO DE UM PEIXE	MARCOS SAMUEL COSTA	2139626	1872	55,24	103.404,60
103	A GUERRA INVISÍVEL	ANTÔNIO MOURA	2320533	1872	60,72	113.658,48
104	ALUCINÓGENAS	WANDERSON RAZONI	2136929	1872	48,76	91.274,04
105	LIBERTA-TE MÃE ÁFRICA	ERNESTO MOAMBA	2136961	1872	45,91	85.943,52
106	A DISTÂNCIA	LAURA VASCONCELOS	2240998	1872	54,07	101.223,72
107	A POLTRONA VERMELHA	ADELMO BARBOZA	2136589	1872	51,87	97.105,32
108	A CORRIDA DOS BICHOS	ANA CLARA FERREIRA DASILVA	2136732	1872	46,68	87.384,96
109	DETETIVE PEDRÊS	JORGINHO QUADROS	2247305	1872	50,34	94.227,12
110	O CASO 33	FÁBIO DE ANDRADE	2136970	1872	56,71	106.151,76
111	O QUE FIZEMOS DAS NOSSAS DELICADEZAS	GIZELLE GÓES	2240335	1872	48,76	91.274,04
112	O SILÊNCIO DE TODO DIA	DAUANA VALE	2241013	1872	53,04	99.295,56
113	A HARMONIA DOS ÁLVARES	CUPERTINO FREITAS	2241161	1872	55,67	104.209,56
114	TENHO REPARADO NOS IPÊS PELA CIDADE	MICAELA TAVARES	2241820	1872	47,99	89.832,60
115	HISTÓRIA DE UM OLHO SÓ	MARIA CÂNDIDA FIGUEIRA	2320541	1872	57,60	107.827,20
116	NO PRÓXIMO VERÃO	MARCOS SAMUEL COSTA	2241854	1872	54,99	102.936,60
117	ELEFANTES NÃO SABEM VOAR	NENIU GRAVA	2241854	1872	44,60	83.495,88
118	NAVE MÃE	ALAN PELLEGRINO	2242613	1872	48,76	91.274,04
119	JANJÃO E O PÉ DE FEIJÃO	CEZAMAR OLIVEIRA	2242630	1872	50,32	94.189,68
120	A HISTÓRIA DAS CRIANÇAS QUE PLATARAM UM RIO	DANIEL DA ROCHA LEITE	1915126	1872	69,39	129.888,72
121	A COR DA IMAGINAÇÃO	MACISTE COSTA	2137615	1872	61,76	115.605,36
122	ESPARADRAPO	DANIEL DA ROCHA LEITE	2238152	1872	62,77	117.510,12
123	FANTASMAS DO HIPOCAMPO	THOMAS P. BOETTEHER	2242729	1872	63,81	119.452,32

124	O MENINO E A MATINTA	CLÁUDIA BORGES	2245434	1872	53,54	100.222,20
125	ÀS VEZES O MONSTRO E UMA MULHER	CAMILLE CASTELO BRANCO	2238160	1872	48,76	91.274,04
126	PEDRADAS	MATHEUS FURTADO	2238179	1872	48,76	91.274,04
127	LABORATOLHOS	LUCIANA BRANDÃO CARREIRA	2238020	1872	40,86	76.494,60
128	JAMBO ROSA	GENISSON PAES	2242605	1872	57,58	107.780,40
129	DA ARTE DE FLUTUAR	CAIO MATHEUS	2245442	1872	54,99	102.936,60
130	DE GRÃO EM GRÃO	ANNA CRUZ	2320479	1872	42,03	78.675,48
131	VISAGENS E ASSOMBRAÇÕES DE BELÉM	WALCYR MONTEIRO	889687	1872	85,20	159.494,40
132	ONDE MORAM OS PASSARINHOS	TRUPE PÉ DE POESIA	2247585	1872	45,14	84.502,08
133	MOSCOW	EDYR AUGUSTO PROENÇA	1183800	1872	59,60	111.571,20
134	UM SOL PARA CADA UM	EDYR AUGUSTO PROENÇA	2254380	1872	61,23	114.613,20
135	EU JÁ MORRI	EDYR AUGUSTO PROENÇA / RUAN DE SOUSA GABRIEL	2321262	1872	60,10	112.507,20
136	OS ÉGUAS	EDYR AUGUSTO PROENÇA	889474	1872	63,98	119.761,20
137	CRÔNICAS DA CIDADE MORENA 4	EDYR AUGUSTO PROENÇA	2247275	1872	56,70	106.137,72
138	BELHELL	EDYR AUGUSTO PROENÇA	2244063	1872	60,98	114.145,20
139	LAPSUS	MÁRIO ZUMBA	2321548	1872	31,77	59.473,44
140	SETE HISTÓRIAS DE MULHER FANTASMA	PAULO MAUÉS CORRÊA	2237997	1872	51,37	96.169,32
141	A MÚSICA E O TEMPO NO GRÃO-PARÁ 1º VOLUME	VICENTE SALLES	2320681	1872	186,75	349.596,00
142	A MÚSICA E O TEMPO NO GRÃO-PARÁ 2º VOLUME	VICENTE SALLES	2320690	1872	186,75	349.596,00
143	CARIMBÓ - TRABALHO E LAZER DO CABOCLO	VICENTE SALLES, MARENA SALES	2320703	1872	68,48	128.185,20
144	LABIRINTOS DA PALAVRA	VASCO CAVALCANTE	2238462	1872	81,48	152.530,56
145	10 LENDAS AMAZÔNICA PARA CRIANÇAS	PAULO MAUÉS CORRÊA	2320711	1872	73,73	138.013,20
146	PACA, TATU; CUTIA NÃO!	JURACI SIQUEIRA	2320738	1872	86,73	162.349,20
147	ANTILOGIA	RUY BARATA	22440505	1872	119,89	224.434,08
148	PEIXOTO: O PEIXINHO QUE QUERIA SER BOTO	FABRÍCIA DIAS DE MELO	2320746	1872	57,73	108.061,20
149	MAIRI EM: A HISTÓRIA DO VER-O-PESO	JOECIO JOJOCA LIMA	2320762	1872	52,13	97.578,00
150	O SONINHO E A SONECA	PATRICIA CAMPOS	2320797	1872	57,60	107.827,20
151	IMAGINÁRIO AMAZÔNICO	JOÃO COUTINHO DE OLIVEIRA	1194950	1872	97,45	182.426,40

152	CELINA	MARCÍLIO COSTA	8055992	1872	63,45	118.778,40
153	A MENINA DOS OLHOS DE ARCO- ÍRIS	TELMA CUNHA	2320827	1872	67,95	127.202,40
154	APANHADORES DE HISTÓRIAS VOL.3	ANDRÉA COZZI, SÔNIA SANTOS, VIVIANE MOTA, LÚCIA HELENA ALFAIA, ANTÔNIO JURACI SIQUEIRA, INAIÁ PAES	2245639	1872	67,98	127.263,24
155	TERRA VERDE - VERSOS AMAZÔNICOS	ENEIDA DE MORAES	2163802	1872	73,20	137.030,40
156	CÃO DA MADRUGADA	ENEIDA DE MORAES	2162768	1872	73,20	137.030,40
157	HISTÓRIAS PARA OCUPAR CRIANÇAS	AÉRCIO PALHETA	2323630	1872	122,22	228.791,16
158	ENQUANTO MEU PAI MORRE	ALFREDO GUIMARÃES GARCIA	2136643	1872	42,63	79.798,68
159	BENTO	ALFREDO GUIMARÃES GARCIA	2322978	1872	42,63	79.798,68
160	O HOMEM QUE FALAVA COM DEUS	ALFREDO GUIMARÃES GARCIA	2320843	1872	42,63	79.798,68
161	A SOLIDÃO EM DALLAS	JOSETTE LASSANCE	2242133	1872	40,99	76.728,60
162	PASSAGEM DOS INOCENTES	DALCÍDIO JURANDIR	2320851	1872	84,81	158.754,96
163	BELÉM DO GRAO PARÁ	DALCÍDIO JURANDIR	125601	1872	104,23	195.113,88
164	MARAJÓ	DALCÍDIO JURANDIR	800520	1872	104,23	195.113,88
165	AS NOVAS AMAZONAS	JORGE BATISTA	2320860	1872	40,45	75.722,40
166	OS DESERTOS	MARCOS SAMUEL COSTA	2320878	1872	45,91	85.943,52
167	ESTAR SOZINHO	ALFREDO GUIMARÃES GARCIA	2324733	1872	42,63	79.798,68
168	A ÁRVORE DE PASSARINHOS	SÔNIA SANTOS	2320886	1872	31,65	59.239,44
169	OS FEIOS NÃO ENVELHECEM	ALFREDO GUIMARÃES GARCIA	2323001	1872	37,29	69.797,52
170	66 SEMENTES - CRÔNICA	VALDEMIRO GOMES	2244030	1872	97,68	182.847,60
171	ANHANGA, CURUPIRA E MAPIQUARI: PROTETORES DA NATUREZA	PAULO MAUÉS CORRÊA	2242869	1872	78,20	146.390,40
172	O APAGADOR DE FLORESTAS	PAULO ROBERTO FERREIRA	2242877	1872	63,35	118.591,20
173	À SOMBRA DAS PALAVRAS	ANTÔNIO MARIA	2241170	1872	54,49	102.000,60
174	ARRASTADO PELA CORRENTEZA	ROBERTO CARVALHO FARO	1682539	1872	76,20	142.646,40
175	BELÉM, RIQUEZAS PRODUZINDO A BELLE EPOQUE	MARIA DE NAZARÉ SARGES	265229	1872	135,45	253.562,40
176	APRENDIZ DE FADAS INVISÍVEIS	JOSETTE LASSANCE	1265229	1872	39,95	74.786,40

177	CAMPINA: INSPETOR DE QUARTEIRÃO	JOÃO JOÃO ARISTIDES	2242885	1872	76,18	142.599,60
178	CAMPINA: MEMÓRIAS CURTAS	JOÃO JOÃO ARISTIDES	2242893	1872	76,43	143.067,60
179	CAUSOS AMAZÔNICOS	OCTÁVIO PESSOA	2242907	1872	78,33	146.624,40
180	FUNDO DE GAVETA	VASCO CAVALCANTE, CELSO ELUAN, JORGE EIRÓ, ZÉ MININO, YRÚ BEZERRA, WILLIAM SILVA	2320894	1872	55,53	103.942,80
181	O CENTAURO E AS AMAZONAS	FERNANDO CANTO	2242923	1872	86,58	162.068,40
182	ESCRavidÃO NEGRA NO GRÃO- PARÁ	JOSÉ MARIA VIEIRA NETO	2245483	1872	105,48	197.453,88
183	TODAS AS LETRAS DE MÃOS DADAS	JORGE ANDRADE	22440908	1872	141,28	264.471,48
184	O ESPELHO DA NATUREZA	GERALDO MÁRTIRES COELHO	553654	1872	96,58	180.788,40
185	ESTÉTICA NUM BOLO DE FIOS TECIDOS	ILTON RIBEIRO, PAULO MAUÉS, SHEILA MAUÉS	2245574	1872	75,83	141.949,08
186	ESTUDOS AMAZÔNICOS	TIESE JUNIOR	2257386	1872	100,23	187.621,20
187	DOIS AMIGOS DIFERENTES	TATIANA MAIA	2244810	1872	47,22	88.391,16
188	NINA BRINCADEIRA MENINA	ESTER SÁ	2324830	1872	47,22	88.391,16
189	ESTUDOS AMAZÔNICOS PARA O ENSINO MÉDIO	TIESE JUNIOR	2257386	1872	99,98	187.153,20
190	HISTÓRIAS DE CURUPIRA	PAULO MAUÉS CORRÊA	2245051	1872	73,08	136.796,40
191	LEITURA DE DOIS CONTOS PARAENSES	PAULO MAUÉS CORRÊA	1869159	1872	76,58	143.348,40
192	LETRAS APAIXONADAS	FRANCISCO LUZIO DE PAULA RAMOS	2245060	1872	61,58	115.268,40
193	ANSEIO DE ARGILA	LILIA SILVESTRE CHAVES	2244470	1872	40,99	76.728,60
194	FEMINAS	GLEICE CORREA GARCIA	2324725	1872	42,25	79.096,68
195	MIGUXAS	GLEICE CORREA GARCIA	2322226	1872	36,84	68.955,12
196	A MENINA COLORIDA DE PAPEL CREPOM LÁ NA LUA	JOECIO JOJOCA LIMA	2137828	1872	58,35	109.231,20
197	VESTIDA DE EMOÇÕES	UENDY FEITOSA	224408	1872	42,03	78.675,48
198	MERGULHO	TIESE JUNIOR	2245094	1872	67,48	126.317,88
199	MEU CORAÇÃO EM PALAVRAS	ESTER CARDOSO	2245108	1872	64,83	121.357,08
200	BOCA NO TROMBONE	JORGE ANDRADE	2240386	1872	38,91	72.844,20
201	TEM GENTE DE TODO JEITO	EDERGÊNIO NEGREIROS VIEIRA	2320908	1872	150,46	281.656,44
202	O MENINO QUE ESCREVIA NA PAREDE	EDERGÊNIO NEGREIROS VIEIRA	2320916	1872	150,46	281.656,44
203	LEQUE DE ESTRELAS	EDGAR AUGUSTO	2241323	1872	47,22	88.391,16

204	AFRICALIDADES	EDERGÊNIO NEGREIROS VIEIRA	2325403	1872	150,81	282.311,64
205	ABIDEMI: A FORÇA DA SUPERAÇÃO	EDERGÊNIO NEGREIROS VIEIRA	2320924	1872	152,94	286.299,00
206	NA HORTA DA VOVÓ LINA	EDERGÊNIO NEGREIROS VIEIRA	2320932	1872	152,94	286.299,00
207	BRASILEIRO PROFUNDO	ARTHUR NOGUEIRA	2242249	1872	51,37	96.169,32
208	GUIA DE ECONOMIA DOMÉSTICA	MARCELO BUCH	2322226	1872	43,24	80.940,60
209	ANIMAIS: RIMAS, RUGIDOS, TRINADOS	ROSÂNGELA DARWICH	2320940	1872	148,87	278.684,64
210	A CIDADANIA NO DIA A DIA	MARCELO BUCH	2323044	1872	54,12	101.312,64
211	MINHA NUVEM DE ESTIMAÇÃO	GUSTAVO QUADROS	2165384	1872	46,18	86.448,96
212	GESTÃO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	MARCELO BUCH	2323451	1872	54,12	101.312,64
213	VIEIRANEMBEIRA	PAULO VIEIRA	2237857	1872	64,74	121.197,96
214	GUIA PRÁTICO DE CONTRUÇÃO PARA PEQUENAS OBRAS	ANDRÉ CECIM	2323079	1872	97,13	181.832,04
215	NO CALOR DA HORA	JORGE ANDRADE	2242184	1872	56,56	105.885,00
216	EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL - CONSTRUINDO SUA FELICIDADE	GRAÇA SOUZA	2323095	1872	86,40	161.745,48
217	LIVRO INSAGRADO DAS TRAQUINAGENS	PAULO NUNES	2237857	1872	51,37	96.169,32
218	MEMÓRIAS DE QUATRO PATAS	GLEICE CORREA GARCIA	2137160	1872	45,32	84.829,68
219	CATA-VENTO	ANDRÉA COZZI	2319969	1872	38,00	71.131,32
220	SUSTENTABILIDADE - VOL 1	JULIANA BADARI / LUCIANA MARTINS	2323338	1872	320,92	600.757,56
221	SUSTENTABILIDADE - VOL 2	JULIANA BADARI / LUCIANA MARTINS	2323338	1872	320,92	600.757,56
222	SUSTENTABILIDADE - VOL 3	JULIANA BADARI / LUCIANA MARTINS	2323338	1872	320,92	600.757,56
223	SUSTENTABILIDADE - VOL 4	JULIANA BADARI / LUCIANA MARTINS	2323338	1872	320,92	600.757,56
224	SUSTENTABILIDADE - VOL 5	JULIANA BADARI / LUCIANA MARTINS	2323338	1872	320,92	600.757,56
225	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE - 6º ANO	CARLOS EDUARDO M. BRUNO ; FABIANA M. RANGEL	2320037	1872	300,14	561.866,76
226	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE - 7º ANO	CARLOS EDUARDO M. BRUNO ; FABIANA M. RANGEL	2320045	1872	300,14	561.866,76
227	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE - 8º ANO	CARLOS EDUARDO M. BRUNO ; FABIANA M. RANGEL	230053	1872	300,14	561.866,76

228	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE - 9º ANO	CARLOS EDUARDO M. BRUNO ; FABIANA M. RANGEL	2320061	1872	300,14	561.866,76
229	O MENINO QUE SE CANSOU DO VERDE	GLEICE CORREA GARCIA	2323915	1872	36,64	68.590,08
230	QUANDO FERNANDO SÉTIMO USAVA PALETÓ	ROSÂNGELA DARWICH	2320134	1872	64,87	121.431,96
231	MANUAL DE SAÚDE - PRIMEIROS SOCORROS - ACIDENTES	MARCELO BUCH	2323400	1872	63,20	118.310,40
232	MANUAL DE SAÚDE - PRIMEIROS SOCORROS - DOENÇAS	MARCELO BUCH	2323583	1872	63,20	118.310,40
233	MANUAL DE SAÚDE - SAÚDE INFANTIL	MARCELO BUCH	2323419	1872	63,20	118.310,40
234	MANUAL DE SAÚDE - SAÚDE DO IDOSO	MARCELO BUCH	2323435	1872	63,20	118.310,40
235	MANUAL DE SAÚDE - HIPERTENSÃO E DIABETES	MARCELO BUCH	2323443	1872	63,20	118.310,40
236	MANUAL DE SAÚDE - OBESIDADE E NUTRIÇÃO	MARCELO BUCH	2323109	1872	63,20	118.310,40
237	MANUAL DE SAÚDE - SAÚDE MENTAL	MARCELO BUCH	2323117	1872	63,20	118.310,40
238	MANUAL DE SAÚDE - SAÚDE DA MULHER	MARCELO BUCH	2323125	1872	63,20	118.310,40
239	MANUAL DE SAÚDE - SAÚDE DO HOMEM	MARCELO BUCH	2323133	1872	63,20	118.310,40
240	MANUAL DE SAÚDE - SAÚDE DO TRABALHADOR	MARCELO BUCH	2323346	1872	63,20	118.310,40
241	MANUAL DE SAÚDE - DROGAS	MARCELO BUCH	2323362	1872	63,20	118.310,40
242	MANUAL DE SAÚDE - ALCOOLISMO	MARCELO BUCH	2323141	1872	63,20	118.310,40
243	MANUAL DE SAÚDE - TABAGISMO	MARCELO BUCH	2323150	1872	63,20	118.310,40
244	MANUAL DE SAÚDE - AUTISMO	MARCELO BUCH	2323370	1872	63,20	118.310,40
245	MANUAL DE SAÚDE - TDAH	MARCELO BUCH	2323389	1872	63,20	118.310,40
246	MANUAL DE SAÚDE DE SAÚDE - DEPRESSÃO E ANSIEDADE	MARCELO BUCH	2323397	1872	63,20	118.310,40
247	O SAPIÑO GULOSO	RUFINO ALMEIDA	1869191	1872	74,73	139.885,20
248	VOO DE BORBOLETA	TELMA CUNHA	2137100	1872	51,37	96.169,32
249	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÊ: AS QUATRO ESTAÇÕES - 1º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
250	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÊ:	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08

	FLORESTAS - 2º ANO					
251	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: CIDADES - 3º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
252	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: ALIMENTAÇÃO - 4º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
253	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: OCEANO - LIVRO DO ESTUDANTE - 5º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
254	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: SAÚDE CLIMÁTICA - LIVRO DO ESTUDANTE - 6º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
255	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA - 7º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
256	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: MIGRAÇÕES CLIMÁTICAS E MUDANÇA DE PAISAGENS - 8º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
257	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: BIOECONOMIA - LIVRO DO ESTUDANTE - 9º ANO	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2323427	1872	248,70	465.571,08
258	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: OS RIOS - NORTE	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2321386	1872	104,57	195.745,68
259	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: OS RIOS - SUL	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2321076	1872	104,57	195.745,68
260	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: OS RIOS - NORDESTE	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2321017	1872	104,57	195.745,68

261	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: OS RIOS - CENTRO-OESTE	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2321114	1872	104,57	195.745,68
262	EDUCAÇÃO CLIMÁTICA COM A TURMA DO PERERÉ: OS RIOS - SUDESTE	EDUARDO CARVALHO, EDUARDO QUINTANILHA E AMARÍLIS LAGE DE MACEDO	2321009	1872	104,57	195.745,68
263	CATÁLOGO DAS COISAS ESPECÍFICAS	ALFREDO GARCIA NETO	2324741	1872	44,25	82.840,68
264	PARA TODAS AS FORMIGAS ASSASSINADAS PELA INDELICADEZA DOS DIAS	AIRTON SOUZA	2163306	1872	57,98	108.529,20
265	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 1º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	305,77	572.396,76
266	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 2º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	305,77	572.396,76
267	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 3º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	305,77	572.396,76
268	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 4º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	305,77	572.396,76
269	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	305,77	572.396,76

	NÃO-VIOLENTA - 5º ANO					
270	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 6º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	374,70	701.438,40
271	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 7º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	374,70	701.438,40
272	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 8º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	374,70	701.438,40
273	CONVIVENDO COM AS EMOÇÕES - CULTURA DE PAZ; HABILIDADES EMOCIONAIS; AUTOCUIDADO E EMOÇÕES; COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA - 9º ANO	JUNO CIPOLLA; LUCIANA BATISTA DE SOUZA; XISTO MARINA	2321246	1872	374,70	701.438,40
274	TAMBOR DAS FLORES	ANAÍZA VERGOLINO E SILVA	1869280	1872	106,83	199.976,40
275	JÁ ESTAVAM NO VENTRE DA TERRA	DANIEL DA ROCHA LEITE	2247151	1872	39,95	74.786,40
276	CULTURA AFRO INDÍGENA 1	IVANA MUSCALU	2321335	1872	165,76	310.302,72
277	CULTURA AFRO INDÍGENA 2	IVANA MUSCALU	2321335	1872	165,76	310.302,72
278	CULTURA AFRO INDÍGENA 3	IVANA MUSCALU	2321335	1872	188,75	353.330,64
279	CULTURA AFRO INDÍGENA 4	IVANA MUSCALU	2321335	1872	188,75	353.330,64
280	CULTURA AFRO INDÍGENA 5	IVANA MUSCALU	2321335	1872	188,75	353.330,64
281	CULTURA AFRO INDÍGENA 6	IVANA MUSCALU E LUANA VIGNON	2321335	1872	188,75	353.330,64
282	CULTURA AFRO INDÍGENA 7	IVANA MUSCALU E LUANA VIGNON	2321335	1872	188,75	353.330,64
283	CULTURA AFRO INDÍGENA 8	IVANA MUSCALU E LUANA VIGNON	2321335	1872	188,75	353.330,64
284	CULTURA AFRO INDÍGENA 9	IVANA MUSCALU E LUANA VIGNON	2321335	1872	188,75	353.330,64

285	O ÚLTIMO DIA DA MINHA INFÂNCIA	TOTÓ LEITE	2239876	1872	97,58	182.660,40
286	DUAS MULHERES ENTARDECENDO	WANDA MONTEIRO/ MARIA HELENA LATINI	2237962	1872	69,15	129.439,44
287	EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO	VERA LÚCIA ALENCAR DE LIRA; MARCO SALIBA	2324334	1872	323,83	606.214,44
288	EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 1ª ETAPA - VOL 1	LUANA VIGNON	2321025	1872	236,09	441.955,80
289	EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 2ª ETAPA - VOL 2	LUANA VIGNON	2321041	1872	236,09	441.955,80
290	EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 3ª ETAPA - VOL 3	LUANA VIGNON	2321050	1872	271,07	507.447,72
291	EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 4ª ETAPA - VOL 4	LUANA VIGNON	2321068	1872	271,07	507.447,72
292	A MÚSICA SACRA NO PARÁ	VICENTE SALLES	2245280	1872	100,13	187.438,68
293	ASSINO EMBAIXO	EDGAR AUGUSTO	2320754	1872	82,81	155.010,96
294	VENTOS MERGULHANTES	ROMEU DOS SANTOS NETO	1094360	1872	70,15	131.320,80
295	TESOURO NO JARDIM	RAIMUNDO LIMA	2320770	1872	47,34	88.625,16
296	MÚSICA ESTRANHA: NOVOS RUMOS DA CANÇÃO NO BRASIL	MARCELLO MONTEIRO GABAY	224660	1872	69,58	130.244,40
297	A CRIANÇA QUE SENTIA DEMAIS	JÉSSICA SOUZA	2320789	1872	57,60	107.827,20
298	VILAS E CIDADES DA AMAZÔNIA: PAISAGENS, MEMÓRIAS E PERTENCIMENTOS	SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JUNIOR	2240050	1872	90,39	169.205,40
299	ARISTIDES NÃO GOSTA DE ESCOVAR OS DENTES	MACISTE COSTA	2320800	1872	52,41	98.111,52
300	SAGA MISSIONÁRIA: UMA CAMINHADA DE FÉ E DE VIDA	MARIA DA GLÓRIA PEREIRA	2245272	1872	80,08	149.900,40
301	E COISA TEM NOME?	RODRIGO BARATA	114142	1872	48,85	91.447,20
302	CONTA DE MENTIROSO	PAULO NUNES	2243598	1872	54,61	102.234,60
303	CIDADE DAS MANGUEIRAS	LUIZ OTAVIO AIROZA	2093944	1872	81,48	152.521,20
304	A MENINA E AS BOLINHAS DE SABÃO	ANA PAULA FREITAS	2320819	1872	52,41	98.111,52
305	E VÉM CHUVA	ROSA ASSIS	2320240	1872	54,38	101.790,00
306	UM BEIJA-FLOR COLORIDO	SÔNIA SANTOS	2238055	1872	40,99	76.728,60
307	PRIMEIRAS PALAVRAS	RAFAEL OLIVEIRA	2322870	1872	72,08	134.933,76

308	TEXTOS CHICOS	ANNA CRUZ	2320304	1872	71,35	133.562,52
309	O SUMIÇO DO VERBO SALTAR - OS DETETIVES SINÔNIMO E ANTÔNIMO	RAFAEL OLIVEIRA	2322889	1872	61,10	114.374,52
310	GUARDA-CHUVA NO CHUVEIRO E OUTROS CONTOS	MARTON MAUÉS	2320290	1872	65,91	123.378,84
311	PEQUENOS CIDADÃOS, GRANDES MUDANÇAS: CIDADANIA E SOCIEDADE	RAFAEL OLIVEIRA	2322684	1872	54,37	101.780,64
312	PORQUE UMA FLOR É GRITO MATÉRIA	LAURA NOGUEIRA	2241218	1872	35,80	67.012,92
313	CIDADANIA EM AÇÃO - DIREITOS HUMANOS	SAMIR THOMAZ	2323729	1872	164,86	308.608,56
314	CIDADANIA EM AÇÃO - DEMOCRACIA	ANA RITA DE CARVALHO SOUZA	2323745	1872	164,86	308.608,56
315	CIDADANIA EM AÇÃO - PRECONCEITO	ADRIANA BRUNSTEIN	2323753	1872	164,86	308.608,56
316	CIDADANIA EM AÇÃO - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	ISABEL D'AMICO / RACHEL D'AMICO NARDELLI	23237710	1872	164,86	308.608,56
317	CIDADANIA EM AÇÃO - ÉTICA E CIDADANIA	ISABEL D'AMICO E RACHEL D'AMICO NARDELLI	2323770	1872	164,86	308.608,56
318	CIDADANIA EM AÇÃO - INCLUSÃO SOCIAL	ISABEL D'AMICO E RACHEL D'AMICO NARDELLI	2321734	1872	164,86	308.608,56
319	CIDADANIA EM AÇÃO - SEGURANÇA NA ESCOLA	MACLÉCIO DE SOUSA	2323788	1872	164,86	308.608,56
320	CIDADANIA EM AÇÃO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	RACHEL CHAVES	2323796	1872	164,86	308.608,56
321	CIDADANIA EM AÇÃO - SUSTENTABILIDADE	TATIANA CATELLI	2321734	1872	164,86	308.608,56
322	MITO E EDUCAÇÃO	PAULO MAUÉS CORRÊA	2295132	1872	69,30	129.729,60
323	UNICIDADES	EDSON COELHO DE OLIVEIRA	2237741	1872	44,83	83.917,08
324	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - DENGUE E FEBRE AMARELA	MARIA ISABEL SILVA	2321343	1872	78,15	146.292,12
325	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - DOENÇAS RESPIRATORIAS	MARIA ISABEL SILVA	2320835	1872	78,15	146.292,12
326	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - TIPOS DE CANCER	MARIA ISABEL SILVA	2321351	1872	78,15	146.292,12
327	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - PRIMEIROS SOCORROS (ACIDENTES)	MARIA ISABEL SILVA	2321360	1872	78,15	146.292,12
328	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE -	MARIA ISABEL SILVA	2322250	1872	78,15	146.292,12

	PRIMEIROS SOCORROS (DOENÇAS)					
329	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - OBESIDADE E NUTRIÇÃO	MARIA ISABEL SILVA	2322269	1872	78,15	146.292,12
330	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - TABAGISMO	MARIA ISABEL SILVA	2322277	1872	78,15	146.292,12
331	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - HIPERTENSÃO E DIABETES	MARIA ISABEL SILVA	2322285	1872	78,15	146.292,12
332	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - ENVELHECIMENTO	MARIA ISABEL SILVA	2322307	1872	78,15	146.292,12
333	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - IST E HEPATITES	MARIA ISABEL SILVA	2322315	1872	78,15	146.292,12
334	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - HIV / AIDS	MARIA ISABEL SILVA	2322323	1872	78,15	146.292,12
335	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - ALCOOLISMO	DANIEL MACHADO SOUSA	2322331	1872	78,15	146.292,12
336	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - VACINAS	DANIEL MACHADO SOUSA	2322349	1872	78,15	146.292,12
337	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - SAÚDE DA CRIANÇA	DANIEL MACHADO SOUSA	2322359	1872	78,15	146.292,12
338	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - SAÚDE DA MULHER	DANIEL MACHADO SOUSA	2322366	1872	78,15	146.292,12
339	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - SAÚDE DO HOMEM	DANIEL MACHADO SOUSA	2322374	1872	78,15	146.292,12
340	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - SAÚDE DO TRABALHADOR	DANIEL MACHADO SOUSA	2322382	1872	78,15	146.292,12
341	GUIA PRÁTICO DE SAÚDE - SAÚDE MENTAL	DANIEL MACHADO SOUSA	2322390	1872	78,15	146.292,12
342	CINCO ESTACOES	RODRIGO BARATA	2093693	1872	36,55	68.421,60
343	CONHEÇO PALAVRAS PERIGOSAS	RENATO TORRES	2247046	1872	63,83	119.489,76
344	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 1ºANO	LUANA VIGNON	2321149	1872	165,73	310.237,20
345	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 2ºANO	LUANA VIGNON	2321157	1872	165,73	310.237,20
346	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 3ºANO	LUANA VIGNON	2321165	1872	165,73	310.237,20
347	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 4ºANO	LUANA VIGNON	2321173	1872	165,73	310.237,20
348	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 5ºANO	LUANA VIGNON	2321181	1872	165,73	310.237,20
349	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 6ºANO	JULIANA COELHO	2321190	1872	336,37	629.684,64

350	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 7º ANO	JULIANA COELHO	2321203	1872	336,37	629.684,64
351	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 8º ANO	JULIANA COELHO	2321211	1872	336,37	629.684,64
352	TRÂNSITO E MOBILIDADE - 9º ANO	JULIANA COELHO	2321220	1872	336,37	629.684,64
353	A LAGOA DOS BICHOS	GERALDO SENA	2138921	1872	61,08	114.332,40
354	DIÁRIO DE RUA	JORGE ANDRADE	2322056	1872	62,79	117.547,56
355	COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: VOLUME I: IACÁ E SUA BICICLETA	CEILA RIBEIRO, DIANA LEMES, JACIRENE VASCONCELOS E ELIZABETH CARVALHO	2323818	1872	148,58	278.137,08
356	COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: VOLUME II: CURUPIRÁ. SUPERAMIGO DO TRÂNSITO	CEILA RIBEIRO, DIANA LEMES, JACIRENE VASCONCELOS E ELIZABETH CARVALHO	2323842	1872	148,58	278.137,08
357	COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: VOLUME III: NAVEGANDO NOS RIOS DA AMAZÔNIA COM A IARA	CEILA RIBEIRO, DIANA LEMES, JACIRENE VASCONCELOS E ELIZABETH CARVALHO	2139430	1872	148,58	278.137,08
358	PEDRO MALASARTES E O PÁSSARO LAPÃO	ESTER SÁ	2241420	1872	32,68	61.181,64
359	O DOWNZINHO PÉ DE VENTO	ELI GALVÃO	2320274	1872	57,98	108.529,20
360	ÁGUA DE MORINGA	PAULO NUNES	1141406	1872	65,25	122.152,68
361	CHÃO DE EXÍLIO	WANDA MONTEIRO	2320266	1872	42,15	78.909,48
362	HISTÓRIA DO PARÁ	BENEDICTO MONTEIRO	241709	1872	360,56	674.968,32
363	IDEIAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO - ECOLÓGICA - ECOLOGIA E AMAZÔNIA	BENEDICTO MONTEIRO	2093952	1872	86,50	161.928,00
364	COLEÇÃO CURUMIM - 3 ANOS	DANIEL COSTA / SALETE COELHO	2320967	1872	333,73	624.733,20
365	COLEÇÃO CURUMIM - 4 ANOS	ANTONIO ROSSETI	2321092	1872	333,73	624.733,20
366	COLEÇÃO CURUMIM - 5 ANOS	ANTONIO ROSSETI	2136827	1872	333,73	624.733,20
367	COLEÇÃO ESTUDOS AMAZONICOS - VOLUME 1 - AS MARCAS DA AMAZÔNIA ANTIGA	LUIS OTAVIO AIROZA / MAIRA AIROZA / STELA SANTANA	2093782	1872	163,15	305.416,80
368	COLEÇÃO ESTUDOS AMAZONICOS - VOLUME 2 - OS POVOS DA AMAZÔNIA ANTIGA	LUIS OTAVIO AIROZA / MAIRA AIROZA / STELA SANTANA	2093804	1872	174,60	326.851,20

369	COLECAO ESTUDO AMAZONICOS - VOLUME 3 - OS POVOS DA AMAZONIA COLONIAL	LUIS OTAVIO AIROZA / MAIRA AIROZA / STELA SANTANA	2093812	1872	178,25	333.684,00
370	COLECAO ESTUDO AMAZONICOS - VOLUME 4 - AMAZÔNIA SOCIEDADE E NATUREZA NOS SÉCULOS XIX	LUIS OTAVIO AIROZA / MAIRA AIROZA / STELA SANTANA	-	1872	190,35	356.335,20
371	AQUATEMPO	WANDA MONTEIRO	2320410	1872	73,17	136.978,92
372	LENDAS URBANAS	NAZARÉ DE MELLO	2137887	1872	54,87	102.707,28
373	LENDA DO ACAI	LEO JINKINGS	2320380	1872	71,88	134.554,68
374	MARIA DE TODOS OS RIOS	BENEDICTO MONTEIRO	420158	1872	91,98	172.177,20
375	CIRANDA DOS NOMES	LEO JINKINGS / LUCAS NEGRAO	2243962	1872	73,05	136.749,60
376	O BEIJO DA CHUVA	WANDA MONTEIRO	685984	1872	58,58	109.652,40
377	ME ERRA! BULLYING EU TO FORA	ZILDINHA SEQUEIRA	2093839	1872	65,87	123.299,28
TOTAL					69.340.021,92	

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	A contratação de empresa (s) especializada (s) tem por finalidade subsidiar a aquisição de livros impressos visando requalificar e ampliar o acervo de 936 espaços de leitura, por meio do edital de credenciamento para cessão de uso de livros, destinados à bibliotecas públicas municipais, escolares da rede pública de ensino, hospitalares da rede pública e prisionais, bem como, beneficiar o acervo da biblioteca pública estadual Arthur Vianna e suas respectivas filiais, visando o apoio aos eventos institucionais da Fundação Cultural do Pará – FCP.
NATUREZA DO BEM	
	<input checked="" type="checkbox"/> Comum. <input type="checkbox"/> Especial.
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM	
HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: A prova de qualidade deve ser apresentada pela empresa e deverá ser comprovada por certificação de instituição credenciada pelo CONMETRO.

	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: <i>Para a devida análise das especificações solicitadas.</i>
	<input type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia do bem indicado por, no mínimo, 6 meses, a partir do seu recebimento pela contratante.
	<input type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y , durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i> , sem custo para a administração pública.
	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y , durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i> , sem custo para a administração pública.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y , da Lei Federal nº 14.133/21.
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.

<p>O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: <i>(Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p>CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA</p>	<p>A proposta deve observar o valor unitário e global máximo aceitável conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.</p>
<p>HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p>REQUISITOS DA CONTRATADA</p>	
<p>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<p>Qual? <i>(Atestado de capacidade técnica).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Por quê? <i>(Para garantir que a empresa tenha capacidade de entrega atestado por outros entes federativos).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p>QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características similares, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. - Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. <p>Habilitação fiscal, social e</p>

Trabalhista: - Serão verificadas as condições de habilitação do fornecedor por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos.

- **Qualificação econômico-financeira:** - Para fins de demonstração da sua qualificação econômico-financeira, a Licitante vencedora deverá apresentar:

- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

- É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

- A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$ $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

- Caso estes dados não estejam dispostos claramente no Balanço, deverão ser encaminhados, conforme o descrito no Modelo de Declaração Índices de Liquidez constante no anexo VIII deste Termo.

- Caso a empresa apresente resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a Licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial possuir Capital Social no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado para cada GRUPO em que concorre.

- Comprovação de Patrimônio Líquido não inferior à 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação para cada ITEM/GRUPO em que concorre, por meio da apresentação do

		Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, exceto se já estiver contemplado no SICAF, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados - há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar: (Indicar o critério).
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Especificar: Entregar o bem fora dos padrões especificados e apresentar um valor inexecutável e não conseguir entregar a quantidade contratada.
	<input type="checkbox"/> Não.	
FORMA DE ENTREGA DO BEM		
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	O bem deve ser entregue conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com 07 (sete) dias de antecedência. A contratada deverá entregar amostra de do item relacionado neste termo, no prazo de 02 (dois) dias contados da solicitação, para fins de validação junto a equipe técnica demandante, após a qual, serão entregues as versões definitivas de cada item. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.	
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	Local: Av. Gentil Bittencourt nº 650 – CENTUR – Bairro: Nazaré CEP 66035-340 - Belém-PA, de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 08h às 18h.	
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não, pois não se trata de itens perecíveis.	
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO		
<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).		

PRAZO DO CONTRATO	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.		
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.		
	<input type="checkbox"/> Não.		
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE REAJUSTE CONTRATUAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, dentro do prazo de vigência do contrato e, mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.		
FORMA DE PAGAMENTO	Meio	Ordem bancária.	
	Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.	
	Qual o prazo?	Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.	
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.	
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input checked="" type="checkbox"/> 3% do valor inicial do contrato na forma do art. 98 da Lei 14.133/2021		
	<input type="checkbox"/> Não há.		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática: Elemento de Despesa:		

	Fonte do Recurso:		
	Ação:		

Projeto / Atividade: Fonte de Recurso: Elemento de Despesa:

Belém (PA), de junho de 2024.

Simone Maria Matos Moreira
Coordenadora de Processos Técnicos - CPROS
Matricula: 20044100

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PAE nº 2024/2034270

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO FCP/ SRP Nº/2026

A **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ – FCP**, instituída pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pelas Leis nº 6.576, de 03 de setembro de 2003 e nº 8.096 de 1º de janeiro de 2015, com personalidade jurídica de direito público, e inscrita no CNPJ sob o Nº 14.662.886/0001-43, com sede nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na Av. Gentil Bittencourt, 650 – Nazaré, CEP 66.035-340, e-mail para contato: nlcc@fcp.pa.gov.br, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, Sr. **THIAGO FARIAS MIRANDA**, nomeado conforme ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023, brasileiro, advogado, portador de Cédula de identidade nº 5111700 SSP/PA e inscrito no CPF nº 820.908.742-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 001/2026, processo administrativo nº 2024/2034270, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual Nº 3.371, de 29 de setembro de 2023, e, bem como, com a demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.. Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços o registro de preços para a futura e eventual **aquisição de livros impressos** visando requalificar e ampliar o acervo de 936 espaços de leitura, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo II do Edital) e demais documentos pertinentes.

Vigência: 12 (doze) meses contados da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogado conforme prevê a lei 14.133/21.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS REGISTRADOS

Os preços unitários e global registrados nesta Ata constam da tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total (R\$)
	[Conforme licitação]			
	VALOR GLOBAL REGISTRADO			R\$ _____

Observação: A quantidade acima corresponde ao quantitativo máximo estimado para os 12 (doze) meses de vigência, devendo as chamadas respeitar as necessidades e disponibilidade orçamentária da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Prazos

- **Entrega de Amostras:** 02 (dois) dias úteis após solicitação.
- **Entrega de Pedidos:** Conforme solicitação da Administração, com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis.
- **Prazo de Pagamento:** Até 30 (trinta) dias corridos após recebimento da NF/Fatura com comprovante de regularidade fiscal.
- **Vigência:** 12 (doze) meses.

3.2 Reajuste

Os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.3 Garantia

Garantia de 30 (trinta) dias, conforme art. 26, I, da Lei nº 8.078/90 (CDC).

3.4 Foro de Competência

Foro da Justiça Estadual, na cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Entregar os bens conforme especificações, quantidade, qualidade e prazos;

- b) Fornecer amostras em até 2 dias úteis, para validação técnica;
- c) Responsabilizar-se por despesas com transporte, seguro e documentação;
- d) Manter regularidade fiscal, social e trabalhista durante toda vigência;
- e) Aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor registrado;
- f) Substituir bens rejeitados às suas custas;
- g) Notificar formalmente a Administração de qualquer fato que impeça ou retarde o cumprimento das obrigações;
- h) Emitir nota fiscal com correto enquadramento fiscal antes de cada entrega;
- i) Responsabilizar-se por danos aos bens durante transporte;
- j) Cumprir todas as disposições constantes no edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos;
- b) Fornecer informações e condições necessárias à execução;
- c) Notificar irregularidades;
- d) Autorizar espaço e condições para entrega.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Pela inexecução, total ou parcial, das obrigações desta Ata, ou pelo descumprimento injustificado de seus prazos, a contratada fica sujeita à imposição de sanções conforme art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021:

- **Advertência:** Comunicação formal de irregularidade
- **Multa por Atraso:** Até 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

- **Multa por Desempenho Inadequado:** Até 20% (vinte por cento) do valor do contrato
- **Suspensão:** Até 02 (dois) anos
- **Declaração de Inidoneidade:** Até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

Local: Av. Gentil Bittencourt, nº 650 – CENTUR, Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.

Horário: Segunda a sexta-feira, de 08h às 18h.

Responsável: Equipe técnica da FCP.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A contratada deverá prestar garantia de **3% (três por cento) do valor inicial do contrato**, na forma do art. 98 da Lei 14.133/2021, podendo ser:

- Depósito em dinheiro
- Títulos da dívida pública
- Seguro garantia
- Fiança bancária

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam integrados a esta Ata:

- Edital de Pregão Eletrônico Nº ____/2026
- Proposta da contratada
- Termo de Referência
- Parecer Técnico

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Esta Ata poderá ser rescindida:

- a) **Unilateralmente pela Administração:** Por necessidade de ajuste orçamentário, redução de demanda ou conveniência administrativa;
- b) **Bilateralmente:** Por acordo entre as partes;

c) **Judicialmente:** Conforme procedimentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ADESÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11.1 Da Vedação da Adesão (Sistema de Carona)

É VEDADA a adesão de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como de entidades paraestatais e autarquias, ao presente Registro de Preços, nos termos do artigo 116 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Da Exceção com Autorização da SEPLAD

Excepcionalmente, será permitida a adesão de órgãos e entidades públicas interessadas, **exclusivamente mediante autorização prévia e expressa da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Administrativo (SEPLAD)**, órgão responsável pela regulamentação de Registros de Preços no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará.

11.3 Do Procedimento para Adesão Autorizada

Para os órgãos que obtiverem autorização da SEPLAD, os seguintes requisitos deverão ser observados:

- a) Apresentar requerimento escrito à Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), fundamentado em necessidade específica e acompanhado de cópia da autorização SEPLAD;
- b) Comprovar capacidade orçamentária para arcar com as despesas decorrentes da adesão;
- c) Formalizar a adesão mediante ofício ou termo próprio, no qual conste:
 - Cópia da autorização da SEPLAD
 - Identificação clara do órgão aderente
 - Quantidade estimada de bens solicitados
 - Vigência do uso da ata aderida (não podendo exceder a vigência da presente Ata)
 - Responsável pelo acompanhamento e fiscal do contrato
 - Aceite dos preços, prazos e condições desta Ata
- d) Respeitar rigorosamente os prazos e especificações técnicas previstos nesta Ata;
- e) Providenciar a assinatura de contrato específico com a Contratada, caso necessário, ressalvado o direito de atuar por adesão simples conforme regras do respectivo Tribunal de Contas.

11.4. Do Quantitativo Total da Ata

A quantidade total estimada da presente Ata engloba:

- **Contratante (FCP):** R\$ _____ (quantidade X)
- **Órgãos Aderentes:** Até R\$ _____ (quantidade a ser definida conforme adesões)
- **LIMITE MÁXIMO TOTAL:** R\$ _____

Cada órgão ou entidade aderente não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na ata para o órgão gerenciador e participantes originais.

O total acumulado de todas as adesões, independentemente do número de aderentes, não poderá ultrapassar o dobro (100%) dos quantitativos registrados em cada item da ata.

Observação: Cada órgão aderente responsabiliza-se pelo cumprimento de suas obrigações, permanecendo a FCP como contratante originária.

Belém/PA, ____ de _____ de 2026.

REPRESENTANTE DA FCP:

[Nome e Assinatura]
[Qualificação]

REPRESENTANTE DA CONTRATADA:

[Nome e Assinatura]
[Qualificação e Dados Empresariais]

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026 – FCP

PAE Nº 2024/2034270



CONTRATANTE

Estado do Pará | FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ
CNPJ nº 14.662.886/0001-43.

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA,

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx



OBJETO

Constitui objeto deste contrato o fornecimento de livros impressos destinados à requalificação e ampliação do acervo de bibliotecas públicas municipais, escolares da rede pública de ensino, hospitalares da rede pública e prisionais, bem como para atendimento da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna e suas filiais especializadas, e das bibliotecas localizadas nas Usinas de Paz, conforme termo de referência e especificações técnicas constantes dos anexos.



ENTREGA

Forma Conforme a necessidade da contratante.

Prazo **7 (sete) dias corridos** após a emissão da nota de empenho.

Local Av. Gentil Bittencourt nº 650 – CENTUR – Bairro:
Nazaré.CEP 66035-340 - Belém-PA, de segunda-feira à
sexta-feira, no horário das 08h às 18h

VALOR TOTAL

R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx

REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa**(data do
orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal
ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF
nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor].
(Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do
contrato).

VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **dd/mm/aaaa**(a data deve ser especificada na
assinatura do contrato).

Fim

dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº 14.662.886/0001-43, com sede na Av. Gentil Bittencourt nº 650, Bairro Nazaré, neste ato representado pelo Sr. THIAGO FARIAS MIRANDA - Presidente.

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico SRP nº nnnn/aaaa** constante no PAE nº 2024/2034270 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 Constitui objeto deste contrato o fornecimento de livros impressos destinados à requalificação e ampliação do acervo de bibliotecas públicas municipais, escolares da rede pública de ensino, hospitalares da rede pública e prisionais, bem como para atendimento da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna e suas filiais especializadas, e das bibliotecas localizadas nas Usinas de Paz, conforme termo de referência e especificações técnicas constantes dos anexos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor (em caso de contratação direta, substituir o trecho destacado por "ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta"), e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Preço unit	Qtd	Total
1	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
2	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
3	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
4	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00

CLÁUSULA 4

Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **[inserir ano da contratação]**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	xxxxxxxxxx.
Fonte	xxxxxxxxxx.
Programa de Trabalho	xxxxxxxxxx.
Elemento de Despesa	xxxxxxxxxx.
Plano Interno	xxxxxxxxxx.

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1O contrato será reajustado pelo **Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (inserir data do orçamento estimado).

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo **CONTRATANTE** mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do **CONTRATADO**.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o **CONTRATANTE** utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao **CONTRATADO**.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência xxxx-x.

Conta xxxxxx-x.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à **CONTRATANTE**.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do **CONTRATADO** deve ser verificada pelo **CONTRATANTE** por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do **CONTRATADO** não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o **CONTRATADO** deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao **CONTRATADO**.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12A inadimplência do **CONTRATADO** junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do **CONTRATANTE** justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13O **CONTRATANTE** efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O **CONTRATADO** optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o **CONTRATADO** é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

☒ **9.1** O **CONTRATADO** garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **3%** (de acordo com o Termo de Referência) do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do **CONTRATANTE**, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência xxxx-x.

Conta xxxxxx-x.

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo **CONTRATANTE**.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o **CONTRATADO** fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **10 dias úteis**, a contar de sua notificação.

9.7 O **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8 A garantia prestada pelo **CONTRATADO** será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

CLÁUSULA 10

Obrigação das partes

10.1 O **CONTRATANTE** tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar o **CONTRATADO** sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do **CONTRATADO**.
- e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.

- f. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostas pelo **CONTRATANTE** de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.

- h.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o **CONTRATADO** deverá entregar ao **CONTRATANTE** os seguintes documentos:
- 1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do **CONTRATADO**.
 - 4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- j.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.

- o. Cumprir as normas de segurança do **CONTRATANTE**, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do **CONTRATADO**.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O **CONTRATANTE** não responderá pelos compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do **CONTRATADO** a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou	Impedimento de licitar e contratar*

<p>ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</p> <p>c. Dar causa à inexecução total do contrato.</p> <p>d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.</p> <p>e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.</p> <p>f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.</p>	<p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>“Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”</i>.</p>
<p>g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.</p> <p>h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.</p> <p>i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.</p> <p>j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.</p> <p>k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa

Moratória

a. **2%** sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **5 dias corridos**.

b. **2%** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **5 dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

Compensatória

5% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o **CONTRATADO** será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao **CONTRATADO**, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao **CONTRATANTE**.

e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o **CONTRATANTE** informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, O **CONTRATANTE** pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do

valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o **CONTRATANTE** deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do **CONTRATADO**, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o **CONTRATANTE** poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao **CONTRATANTE** e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O **CONTRATANTE** divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **dd/mm/aaaa**(inserir data) e término em **dd/mm/aaaa**(inserir data).

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o **CONTRATANTE** deverá verificar a regularidade fiscal do **CONTRATADO**, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, conforme art. 107 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA 20

Disposições contratuais anticorrupções

20.1. A **CONTRATADA** e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

I) Fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.240/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **CONTRATANTE**.

II) Promover, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja ou a terceira pessoa a ele relacionada,

com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

III) Receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;

IV) Contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;

V) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificação ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente Contrato;

VI) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;

VII) Dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da **CONTRATADA**, ou emitir informações inverídicas à fiscalização.

20.2. A **CONTRATADA** declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, relacionadas durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

20.3. A **CONTRATADA** declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à **CONTRATANTE** sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato.

20.4. Obriga-se a **CONTRATADA** na execução do presente Contrato a informar prontamente, por escrito, à **CONTRATANTE** sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno

ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção.

20.5. O não cumprimento pela **CONTRATADA** das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao CONTRATO e conferirá a **CONTRATANTE** a prerrogativa de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento.

20.6. A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais.

20.7. As presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

CLÁUSULA 21

Tratamento dos dados Pessoais

21.1 O tratamento de dados pessoais deve obedecer as disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção e sigilo aos dados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

21.2 O tratamento de dados pessoais se dará, para fins de utilização necessárias quando da execução da prestação de serviço.

21.3 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle.

CLÁUSULA 22

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Cidade (PA), 13 de fevereiro de 2026.

NOME DO TITULAR

Cargo

Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(COPIAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Eletrônico nº/2026 - FCP, estamos apresentando nossa proposta comercial para fornecimento/execução dos itens listados abaixo, a esta FCP, conforme descrição do termo de referência. Os preços unitários e o total dos itens por nós cotados para fornecimento são os relacionados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD	V.UNITÁRIO	V.TOTAL

Declaramos, expressamente, o pleno conhecimento e concordância com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como todas as obrigações especificadas no termo de referência.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a fornecer os materiais no prazo determinado, em conformidade com o instrumento convocatório, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:_____CNPJ/MF:_____Endereço:_____Tel/Fax:_____CEP:____Cidade:____UF:Banco:_____
Agência:_____n°C/C:_____

DADOS DA PESSOA QUE SERÁ O CONTATO ENTRE A EMPRESA E A FCP:

NOME:

CARGO:

RG:

CPF:

TELEFONE:FAX:

E-MAIL:

Cidade(UF), dede 20...

.....
(Nome, dados e assinatura do representante legal do licitante)

Observação:

1) Nos valores acima deverão estar compreendidas, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.